

## 2. ASPECTOS LEGAIS

### 2.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O enquadramento legal da atividade tem como suporte uma consulta à legislação ambiental pertinente dos três entes federativos – União, Estado e Município. Desse modo, o licenciamento ambiental é conduzido baseado em uma análise da legislação aplicável (federal, estadual ou municipal) ao bem jurídico ambiental tutelado (recursos hídricos, ar, vegetação, etc.).

#### MAS O QUE É LICENCIAMENTO AMBIENTAL?

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (Resolução CONAMA nº 237/1997).

#### E LICENÇA AMBIENTAL?

Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (Resolução CONAMA nº 237/1997).

Considerando a localização do empreendimento em território de um único estado, o Ceará, e considerando sua localização fora de unidade de conservação federal, a competência do licenciamento ambiental enquadra-se na regra geral de licenciamento pelo órgão estadual, visto que não há nenhuma circunstância que torne o licenciamento objeto da competência privativa ou supletiva do órgão de proteção ambiental federal (IBAMA) ou municipal.

Segundo a Resolução CONAMA N° 01, de 23 de janeiro de 1986, que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental, em seu Art. 2º, os projetos de geração de eletricidade acima de 10 MW dependem de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente.

Já no âmbito do estado do Ceará, a Instrução Normativa SEMACE N°. 02/2014, em seu Art.1º, prevê a expedição de Licença Prévia – LP para empreendimentos produtores e comercializadores de energia elétrica, mediante apresentação, análise e aprovação de Relatório Ambiental Simplificado – RAS, ficando ciente o empreendedor que deve complementar o estudo anteriormente apresentado, mediante elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA, ou outro estudo que venha a ser solicitado pela SEMACE, conforme Termo de Referência emitido pelo órgão junto ao processo de Licença Prévia.

Desta forma, nos termos da Licença Prévia N°. 140/2017 – DICOP – GECON, emitida em 3 de agosto de 2018 para a **Usina Solar Fotovoltaica – UFV Lavras**, *“O empreendedor deverá apresentar um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), de acordo com o Termo de Referência n° 135/2017-DICOP/GECON anexo, durante a vigência do prazo desta Licença Prévia, o qual deverá ser protocolado em conjunto com o requerimento de Licença de Instalação.”*

Ressalta-se a publicação da Resolução COEMA N°. 06, de 06 de setembro de 2018, na qual a **Usina Solar Fotovoltaica – UFV Lavras** enquadra-se na categoria de porte excepcional (Ex>450 hectares), sendo exigido em seu Art.5º a apresentação de EIA/RIMA.

Portanto, seguindo os procedimentos do órgão ambiental competente está sendo apresentado o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento para subsidiar a concessão da Licença de Instalação.

## 2.2. ANUÊNCIA MUNICIPAL

Conforme estabelecido na Resolução CONAMA N°. 237/1997, no procedimento de licenciamento ambiental deverá ter, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.

Ainda segundo o Art. 17, § 3º da Resolução COEMA N°. 01 de 04 de fevereiro de 2016, a Certidão de Anuência emitida pelos municípios é obrigatória para instruir qualquer procedimento de licenciamento ambiental no estado do Ceará.

Desta forma, a Prefeitura Municipal de Caucaia emitiu Carta de Anuência para Fins de Licenciamento Ambiental onde declara que a **USINA SOLAR FOTOVOLTAICA – UFV LAVRAS** está em conformidade com suas normas de Uso e Ocupação do Solo, Lei Complementar N°. 59, de 12 de fevereiro de 2019 e Lei Complementar N°. 63, de 12 de fevereiro de 2019.

## 2.3. OUTORGA DO MME

As **UFVs LAVRAS 1 a 5** foram vendedoras no 27º Leilão de Energia Nova A-4, de 04 de abril de 2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), restando, portanto, as UFVs 6 a 8 que deverão participar dos próximos certames destinados à fonte solar fotovoltaica.

O Ministério de Minas e Energia (MME) emitiu outorgas para as usinas fotovoltaicas **UFV LAVRAS 1, UFV LAVRAS 2, UFV LAVRAS 3, UFV LAVRAS 4 e UFV LAVRAS 5** se estabelecerem como Produtor Independente de Energia Elétrica, visando à produção de energia elétrica para fins comerciais, através das Portarias N°.s. 356, 358 e 360 de 22 de agosto de 2018, e N°.s. 364 365 de 23 de agosto de 2018.

## 2.4. USO DOS TERRENOS

A área da **USINA SOLAR FOTOVOLTAICA – UFV LAVRAS** será implantada em um imóvel rural particular, denominado Fazenda Lavras, com área de 726,4870 hectares, registrado sob a Matrícula N°. 1.298 no Cartório de Registro de Imóveis do município de Caucaia, de propriedade da AMD Administração de Imóveis, sendo a área total de ocupação do empreendimento de 528,29 hectares, que foi arrendado pela empresa Lavras Geração de Energia Elétrica Ltda. para instalação e operação da usina fotovoltaica na área pleiteada para o licenciamento ambiental.

## 2.5. RESERVA LEGAL E CADASTRO AMBIENTAL RURAL

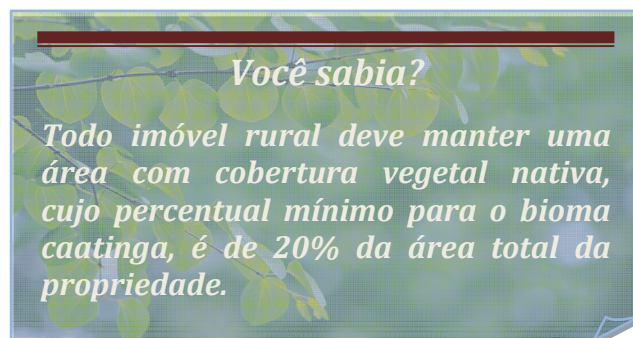


**VOCÊ SABE O QUE É RESERVA LEGAL?**

Segundo a Lei N°. 12.651/2012, Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação

dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

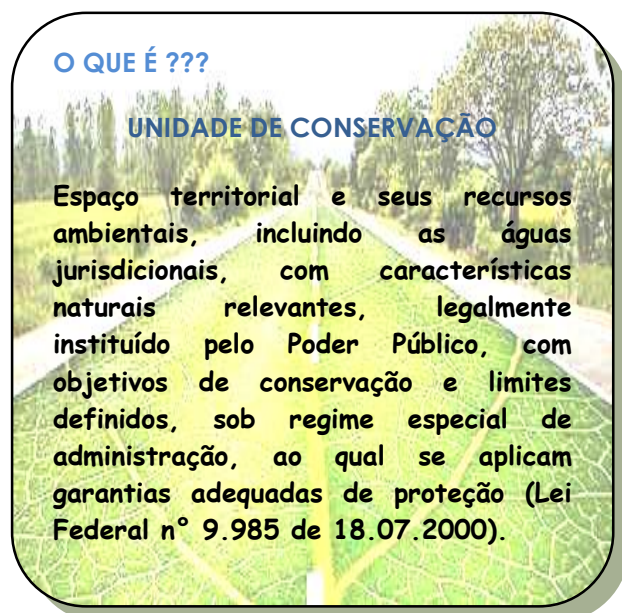
Pelo Art. 18 da Lei N°. 12.651/2012, a área de Reserva Legal deverá ser registrada no órgão ambiental competente por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de que trata o art. 29, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento, com as exceções previstas nesta Lei.



O imóvel onde se situa a **USINA SOLAR FOTOVOLTAICA – UFV LAVRAS** foi inscrito no CAR com o Registro N°. CE-2303709-9BF7.DABE.239E.43A6.B08F.61C8.438A.9D6D.

O imóvel possui Reserva Legal averbada na margem da matrícula, com área de 110,60 ha, no setor leste do terreno. O empreendedor também irá pleitear junto ao órgão ambiental, na ocasião, a realocação/adequação da Área da Reserva Legal para o setor oeste do terreno, para setor mais preservado.

## 2.6. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Segundo a Lei N°. 6.938, de 1981, as Unidades de Conservação (UC's) correspondem a um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e podem ser criadas pelos governos federal, estadual e municipal. As UC's compreendem áreas de relevância ambiental dentro de determinadas regiões, quer seja pela representatividade robusta de um ecossistema, pela beleza cênica de um determinado local ou visando a sustentabilidade do uso destas.

No contexto da área de influência indireta do projeto são identificadas as Unidades de Conservação Estaduais: Estação Ecológica do Pecém, Área de Proteção Ambiental (APA) do Pecém, APA do Lagamar do Cauípe, APA do Estuário do Rio Ceará e Parque Botânico

do Ceará, esta última em processo de revisão para adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A área de influência direta do empreendimento não se localiza em unidades de conservação, nem em zonas de amortecimento.

## 2.7. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

### ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

É a área protegida nos termos da Lei Federal N°. 12.651/2012 e da Lei Federal N° 12.727/2012, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

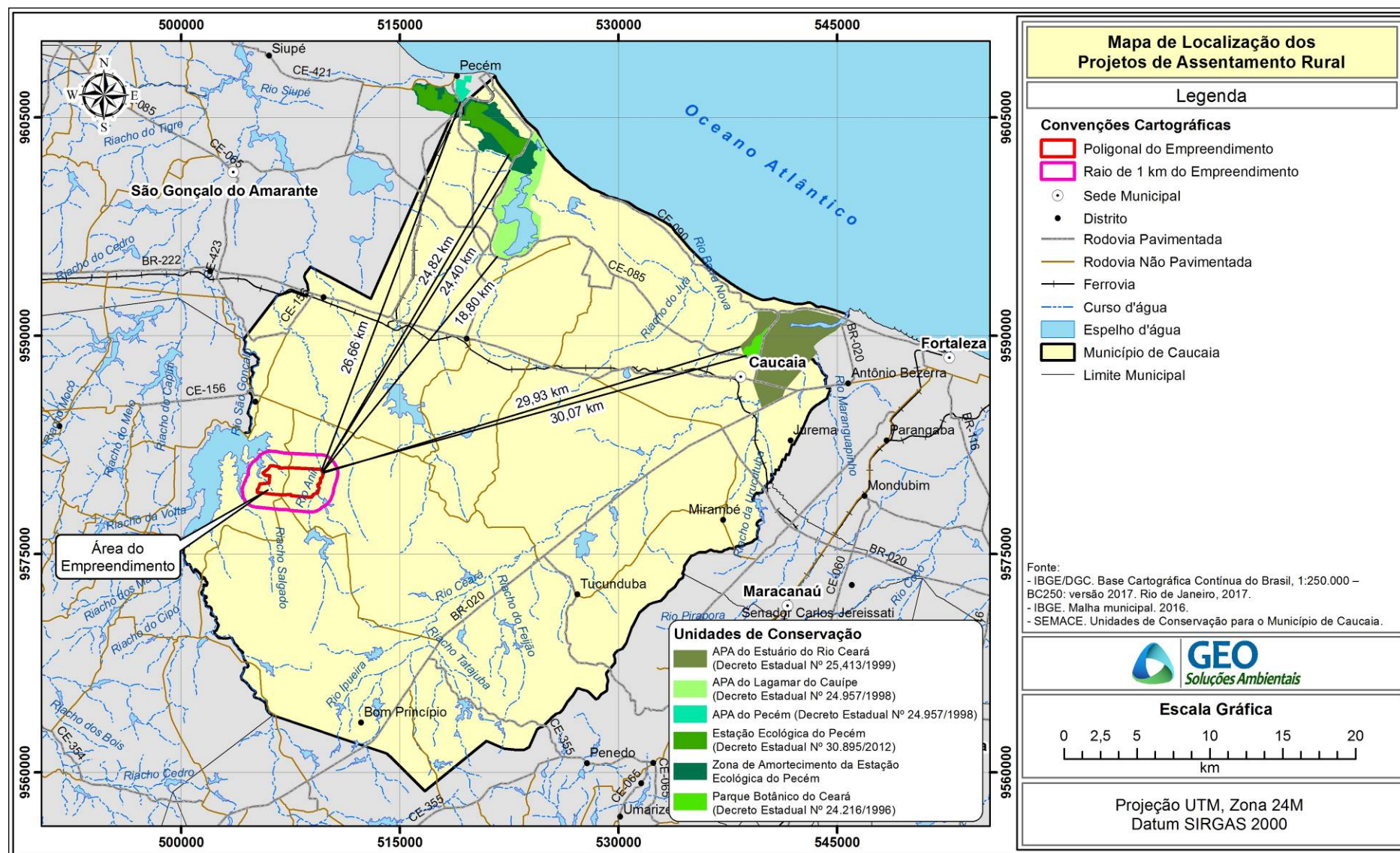
De acordo com a Lei N°. 12.651 de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, e Lei Municipal N°. 1.367, de 15 de maio de 2001, que dispõem sobre a proteção da vegetação nativa, na área de implantação da **USINA SOLAR FOTOVOLTAICA - UFV LAVRAS**, existem Áreas de Preservação Permanente (APPs) correlativas a:

- Faixas marginais dos cursos de água intermitentes, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 metros de largura para os cursos de água com menos de 10 metros de largura (Lei Federal N°. 12.651/2012, Art. 4º, inciso I, alínea a).
- Área marginal a lagoa natural existente no entorno sul do terreno, em faixa com largura mínima de 50 metros para corpo d'água com até 20 hectares de superfície em zona rural (Lei Federal N°. 12.651/2012, Art. 4º, inciso II, alínea a).
- As áreas no entorno do reservatório d'água artificial, em faixa mínima de 30 metros de largura (Lei Municipal N°. 1.367/2001, Art. 137, inciso II).

Para a delimitação da faixa de preservação da lagoa utilizou-se a legislação federal, que prevê a delimitação de uma faixa mínima de 50 metros de largura, por esta ser mais restritiva que a legislação municipal, que prevê a delimitação de uma faixa de 30 metros (Lei N°. 1367/2001). Sublinha-se que para delimitação da faixa de preservação dos reservatórios artificiais utilizou-se a legislação municipal, que prevê a delimitação de uma faixa mínima de 30 metros, por esta ser mais restritiva que a legislação federal, que prevê que reservatórios artificiais com superfície inferior a 1 (um) hectare estão dispensados de delimitação de faixa de proteção (Lei N°. 12.727/2012).



## Mapa de Localização das Unidades de Conservação



Já para as áreas no entorno do Açude Sítios Novos foi utilizada uma faixa mínima de APP de 100 metros, com base na Lei N°. 12.727/2012, e no Inventário Ambiental do Açude Sítios Novos (COGERH, 2018).

Destaca-se que de acordo com o projeto de implantação das usinas não haverá intervenções em APPs.

## 2.8. PROCESSOS MINEIROS

De acordo com os dados do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) e com o Cadastro Mineiro da Agência Nacional de Mineração – ANA (antigo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM), no município de Caucaia estão cadastrados 160 processos mineiros com áreas incidentes no município de Caucaia. A maioria destes processos tem como substância de interesse rochas e minerais de uso na construção civil: areia, argila, calcário, granito e saibro.

Destes processos minerários, 04 (quatro) tem coincidência sobre a área do empreendimento no entanto três já estão com o Alvará de Pesquisa vencido e seus Relatórios de Pesquisa não foram aprovados e o quarto teve o Alvará de Pesquisa caducado em 07 de agosto de 2018. (no Quadro abaixo).

### Identificação dos Processos Mineiros Incidentes sobre a Área do Empreendimento

Processo	Fase	Interessado	Substância	Situação
800.549/2009	Autorização de Pesquisa	Rafael Nunes	Minério de Manganês	Alvará de Pesquisa Outorgado (Validade – 25/02/2019) / Relatório Pesq. Não Aprov. ART 30 II CM PUB em 26/03/2019
800.550/2009	Autorização de Pesquisa	Rafael Nunes	Minério de Manganês	Alvará de Pesquisa Outorgado (Validade – 25/02/2019) / Relatório Pesq. Não Aprov. ART 30 II CM PUB em 26/03/2019
800.551/2009	Autorização de Pesquisa	Rafael Nunes	Minério de Manganês	Alvará de Pesquisa Outorgado (Validade – 25/02/2019) / Relatório Pesq. Não Aprov. ART 30 II CM PUB em 26/03/2019
800.584/2016	Autorização de Pesquisa	J B P Dantas	Fosfato / Argila	Alvará de Pesquisa Outorgado (Validade – 22/08/2019) / Alvará de Pesquisa Caducado 07/08/2018

Fonte: Agência Nacional de Mineração, <https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/Extra/site/admin/pesquisarProcessos.aspx>, acesso em 03/04/2019.

Foi publicado em 12 de novembro de 2018, no Diário Oficial da União – DOU, um Despacho referente ao Processo N°. 48410-900.761/2017-14, emitido pelo Ministério de Minas e Energia/Departamento Nacional de Produção Mineral, informando o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área de 489,49 (quatrocentos e oitenta e

nove hectares e quarenta e nove ares), para a implantação da área de servidão das UFV Lavras (1, 2, 3, 4, 5 6, e 8).

## 2.9. SÍTIOS E MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS, HISTÓRICOS E CULTURAIS

O empreendimento terá seu licenciamento arqueológico realizado junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN conforme determinam a Resolução CONAMA N°. 001/86 e a Instrução Normativa IPHAN N°. 001/2015, bem como as exigências do termo de referencia específico N° XX, para elaboração do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, e posteriormente do Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, estes após publicação da portaria autorizativa.

O parecer do IPHAN sobre o empreendimento será anexado ao processo de licenciamento ambiental junto a SEMACE.

## 2.10. ASSENTAMENTOS RURAIS

### O que é um Assentamento Rural?

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o assentamento rural é basicamente um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias.

O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas.

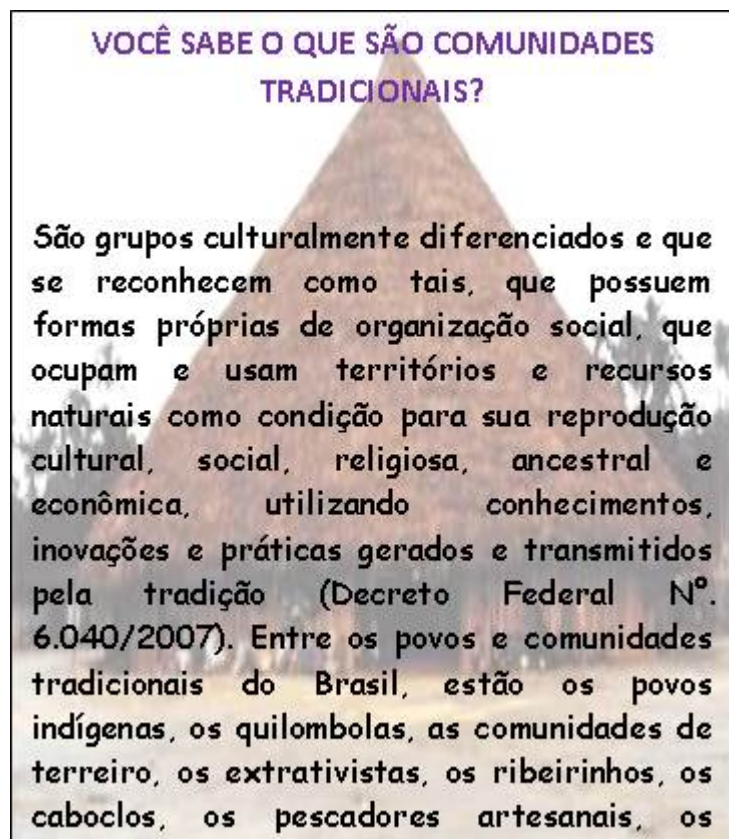
No município de Caucaia existem sete Projetos de Assentamentos Rurais no âmbito federal, com 428 famílias, cujas famílias receberam a titulação tipo Contrato de Concessão de Uso que significa a transferência do imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório, assegurando o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal.



Destaca-se que próximo ao limite leste – sul da área do empreendimento encontra-se o Projeto de Assentamento Santa Bárbara.

## 2.11. COMUNIDADES TRADICIONAIS

Na área do empreendimento não foram identificadas populações tradicionais conforme critérios previstos no Decreto Federal N°. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.



Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no município afetado há registros 3 (três) terras indígenas, a saber: Tapeba, Anacé e Taba dos Anacé, sendo as duas primeiras da modalidade “Terras Tradicionalmente Ocupadas”, e a terceira “Reserva Indígena”

Sobre as comunidades quilombolas, no município de Caucaia, existem comunidades de remanescentes de quilombo, a citar: Boqueirão da Arara, Caetanos em Capuan, Cercadão dos Dicetas, Deserto, Porteiras, Serra da Rajada e Serra do Juá.

## Mapa de Localização do Assentamento Santa Bárbara

